

FHC tranquiliza PMDB, mas crise persiste

Joédson Alves/AE

Presidente aceita nome de Tebet para Integração e agora precisa superar impasse com PFL

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA – O governo começou a resolver suas pendências políticas com o PMDB ontem, acatando a indicação do partido para o Ministério da Integração Nacional, mas está longe de desatar o nó da crise política em que se meteu. Além da cadeira vaga de líder do governo no Senado, o Palácio do Planalto ainda pena com a falta de uma interlocução parlamentar com o PFL, que exige uma das três lideranças governistas no Congresso. E como se não bastasse, amarga também a iminência de uma CPI para apurar corrupção no governo, embalado pelas brigas internas no PSDB que ameaça expulsar os irmãos senadores que apoiaram o inquérito.

Fragilizado pela crise da energia e sob pressão dos próprios aliados, o presidente Fernando Henrique Cardoso revelou a um ministro que não apressará decisões para atender quem quer que seja.

“O PFL não tem pressa”, resumiu ontem o presidente nacional do partido, senador Jorge Bornhausen (SC). Mas tanto a cúpula pefelista quanto a direção nacional do PMDB e o alto-comando do PSDB apontam a fragilidade da operação política do governo como fator de agravamento da temperatura da crise, e advertem: ou o governo retoma as rédeas do processo político até o início de agosto, ou perderá o controle de vez.

Apagão – Os aliados acreditam que o governo tem tudo para sair-se bem das dificuldades, se aproveitar o recesso parlamentar de julho para acertar novo esquema de coordenação política e virar o ano com a crise energética resolvida. “Se entrarmos em 2002 sob a ameaça de apagão, não tem coordenação nem aliança que possa levar o candidato do Planalto ao segundo turno”, diz um experiente cacique da base governista.

“Ou o governo acerta sua coordenação até setembro, ou haverá dispersão da base”, insiste um cardeal do PMDB. Setembro é a data da convenção nacional do PMDB que



FHC: sem ceder às pressões, presidente deve resolver pendências quando julgar conveniente

deverá aprovar a candidatura própria à Presidência da República e, de quebra, ainda poderá discutir os insucessos do governo e a conveniência de manter o apoio ao Planalto.

Jorge Bornhausen diz que seu partido aposta que o governo fará a divisão das lideranças entre os aliados, “para que a co-participação seja mais um elemento de co-responsabilidade”. Também há boa vontade no PMDB, que até assume a responsabilidade pela demora na definição do nome do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) para ministro da Integração. “Esta engenharia da escolha do nome, resolvendo os problemas internos, não é fácil”, diz o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

O agravamento da crise que tumultua a base aliada também bateu às portas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tanto é assim, que o ministro Martus Tavares é outro que acusa não só o aumento da pressão constante pela liberação de verbas, como um clima mais tenso e inquieto.

“Todas as bancadas de todos os Estados, inclusive os governadores, estão cobrando a liberação de mais recursos, mas tenho explicado que o Orçamento é finito”, diz Martus, ao salientar que as previsões de aumento de arrecadação feitas pelo Congresso não se confirmaram.

‘NÃO HÁ PRESSA’, AFIRMA BORNHAUSEN